



REQUERIMENTO Nº: 40/2026

EMENTA: Requer informações ao Poder Executivo Municipal acerca das providências e medidas adotadas em relação ao despejo de esgoto no lago localizado na Nova Conquista, no Município de Itatiaia.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Itatiaia,

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem, respeitosamente, requerer que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que, por intermédio das Secretarias Municipais competentes, especialmente das Secretarias responsáveis pelo Meio Ambiente, Obras, Saneamento e Serviços Públicos, sejam prestadas as seguintes informações:

1. Que seja informado se o Poder Executivo possui conhecimento acerca do despejo de esgoto no lago localizado na Nova Conquista;
?
2. Que seja informado se já foram realizados estudos técnicos, vistorias, levantamentos ambientais ou análises da qualidade da água no referido local, encaminhando-se, se possível, cópia dos relatórios, pareceres ou documentos técnicos eventualmente existentes;
3. Que seja informado se o Município identificou a origem do despejo de esgoto, esclarecendo:
 - ° se há existência de ligações clandestinas;
 - ° falhas na rede de coleta ou drenagem;
 - ° ausência de infraestrutura adequada de saneamento na localidade;
 - ° eventual lançamento irregular de esgoto doméstico ou resíduos;
4. Que seja informado em qual fase administrativa se encontram as providências para solução do problema, indicando:





- ° se existe projeto de intervenção ou recuperação ambiental;
- ° previsão para início das medidas corretivas;
- ° previsão para conclusão das ações;
- ° existência de previsão orçamentária específica para execução da demanda;

5. Que seja informado se o Município vem realizando monitoramento contínuo do local, especialmente quanto:

- ° aos impactos ambientais causados ao lago;
- ° aos riscos de contaminação;
- ° à proliferação de insetos e vetores;
- ° aos riscos à saúde pública da população residente nas proximidades;

6. Que seja informado se o Poder Executivo pretende adotar medidas emergenciais até a solução definitiva do problema, considerando os transtornos ambientais, sanitários e sociais causados à comunidade da Nova Conquista;

7. Que seja informado se houve comunicação ou atuação conjunta com órgãos ambientais competentes, concessionárias de saneamento, Instituto Estadual do Ambiente (INEA) ou demais órgãos fiscalizadores acerca da situação relatada.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento possui caráter fiscalizador e visa obter informações oficiais acerca das medidas adotadas pelo Poder Executivo em relação ao despejo de esgoto no lago localizado na Nova Conquista, situação que vem gerando grande preocupação entre moradores da localidade.

Conforme relatos recebidos pela população, o lago vem sofrendo impactos ambientais em razão do lançamento de esgoto, ocasionando forte odor, possível contaminação da água, proliferação de insetos e comprometimento das condições ambientais e sanitárias da região.

A situação representa potencial risco à saúde pública e ao meio ambiente, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores da comunidade, além de comprometer a preservação ambiental do local.

Ressalta-se que o artigo 225 da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Da mesma forma, a Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, prevê a obrigação da Administração Pública em garantir condições adequadas de saneamento, saúde pública e proteção ambiental.

Além disso, a Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, impondo ao Poder Público o dever de fiscalização e controle das atividades potencialmente poluidoras.





Dessa forma, o presente requerimento busca permitir ao Poder Legislativo exercer sua função constitucional de fiscalização, acompanhando as ações administrativas relacionadas à demanda, garantindo transparência, eficiência e adoção de providências efetivas para solução do problema enfrentado pela população da Nova Conquista.

Atenciosamente,

Plenário Walter Martins Moreira, 21 de maio de 2026.

Ver. Patrick Motta

Patrick Motta Nogueira

